

Escola Secundária Dr.
Joaquim de Carvalho,
Figueira da Foz – Código
401470 DGEstE – Direção
de Serviços da Região
Centro

PROJETO EDUCATIVO 2021-2024



REPÚBLICA
PORTUGUESA
EDUCAÇÃO





Índice

1.	Introdução	2
1.1.	Caracterização contextual da Escola	3
1.1.1.	Enquadramento geográfico	3
1.1.2.	Caracterização económico-social e cultural do meio	3
1.1.3.	Oferta educativa pública no concelho	3
1.1.4.	Instituições/empresas parceiras da Escola	3
1.1.5.	Centro de formação	4
1.2.	Caracterização da Escola	4
1.2.1.	Breve historial	4
1.2.2.	Patrono	5
1.2.3.	Caracterização física	5
1.2.4.	Organograma da escola	7
1.2.5.	Caracterização humana/económicosocial e cultural da comunidade escolar	7
1.2.6.	Oferta Formativa	8
1.2.7.	Resultados dos alunos	9
1.2.8.	Projetos de desenvolvimento educativo	9
1.2.9.	Estratégia de Educação para a Cidadania	9
1.2.10.	Promoção e Educação para a Saúde (Educação Sexual)	9
3.	Valores - Como a Escola se vê	12
4.	Metas Educativas	13
4.1.	Metas Gerais	13
4.2.	Metas EQAVET (Quadro Referência Europeu de Garantia da Qualidade)	13
4.2.1.	Melhorar os resultados académicos e a avaliação das aprendizagens:	13
4.2.2.	Melhorar a oferta educativa e o reconhecimento pela comunidade:	13
4.2.3.	Aprofundar o relacionamento com os <i>stakeholders</i> externos, melhorando o planeamento e a articulação no desenvolvimento de atividades de colaboração:	14
4.2.4.	Desenvolver os processos de autoavaliação - monitorização, divulgação e reflexão sobre os resultados:	14
5.	Estratégias	15
5.1.	Constituição de turmas	15
5.2.	Critérios pedagógicos	15
5.3.	Avaliação	16
5.4.	Avaliação do processo de ensino e de aprendizagem	17
5.5.	Combate ao insucesso, absentismo e abandono escolares	17
5.6.	Biblioteca escolar	18
5.7.	Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva	19
5.8.	Serviços de Psicologia e Orientação	19
5.9.	Administração e gestão	19
5.10.	Cooperação escola-família	20
5.11.	Implementação do Projeto educativo	20
6.	Avaliação do projeto	21
7.	Bibliografia	22



1. Introdução

O projeto educativo, enquanto documento estruturante da instituição, de acordo com a legislação vigente, consagra a orientação educativa da escola e aqui se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais a escola se propõe cumprir a sua função educativa.

Assume-se como organizador de diversidade, permitindo que os agentes educativos se reconheçam como interventores nas políticas educativas e como construtores de espaços de autonomia. É também um gerador de descentralização, permitindo a delegação de responsabilidades, um impulsionador de atitudes democráticas e comunicativas e um construtor de consensos.

O projeto educativo propicia igualmente a emergência de mudança social, através de realizações concretas, de exigências do trabalho em equipa, da avaliação e de uma nova relação entre as pessoas. É através dele que se exprime a identidade de uma escola, já que funciona como ordenador de toda a sua vida. Por isso, as suas linhas de orientação educativa, princípios, valores, metas e estratégias devem ser de tal modo gerais e abrangentes que proporcionem flexibilidade e participação de todos os elementos da comunidade escolar.

“O projeto educativo deve ainda servir a incerteza, ter em conta o indeterminado, ser capaz de infletir de direção como resultado de uma avaliação permanente, incorporar o conflito mas, sobretudo, devolver a cada indivíduo o seu espaço de criatividade e ação de modo a que ele sinta reconhecida a sua atividade, compreenda as suas ações e as possa inscrever num todo significativo. Neste sentido, o projeto educativo deve ser coletivo mas favorecendo a interação, autónomo mas independente” (*Carvalho, 1994*).

O nosso projeto educativo estará sempre em construção, tendo como objetivo geral promover a participação, a intervenção e a responsabilização de toda a comunidade educativa. Dentro desta comunidade educativa, os alunos estão naturalmente no centro das nossas preocupações, pelo que, nesta perspetiva, a grande meta deste projeto educativo deve ser a promoção do desenvolvimento cívico e a preparação humana para a aprendizagem ao longo da vida.



1.1. Caracterização contextual da Escola

1.1.1. Enquadramento geográfico

Situada na zona norte da cidade, a Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho, Figueira da Foz, pertence à freguesia de Tavadede, fazendo fronteira com a freguesia de Buarcos e S. Julião.

A entrada principal é pela Rua Dr.^a Cristina Torres, ao fundo da qual se encontra uma rotunda com a estátua do patrono da Escola.

1.1.2. Caracterização económico-social e cultural do meio

O concelho da Figueira da Foz, com uma população de cerca de 60.000 habitantes, tem uma situação privilegiada, possuindo mar, rio, serra e praia. É um dos polos de atração balnear e turística do país. Assim, o turismo, que é uma das suas atividades económicas, tem vindo a ser revitalizado nos últimos anos, com realizações de carácter cultural, desportivo e de animação.

A pesca é uma atividade tradicional que agrega outras complementares (lota, conservas, frio e reparação naval). O concelho possui um porto de mar onde se tem operado um desenvolvimento de tráfego nos últimos tempos, bem como melhoramentos físicos, nomeadamente ligações ferroviárias que beneficiarão o escoamento de mercadorias. O setor comercial é, contudo, o mais desenvolvido, predominando o comércio tradicional, com destaque para a restauração, seguida dos têxteis e vestuário.

O espaço agrícola envolvente é importante, dando origem ao desenvolvimento de serviços especializados dirigidos à agricultura, havendo culturas tradicionais como a do arroz.

A atividade industrial situa-se, preferencialmente, na periferia da cidade, destacando-se as indústrias de celulose e celulose. No entanto, existem outras tais como: reparação naval, vidro, têxteis, plásticos, conservas, etc..

Os desportos de rio e de mar têm vindo a assumir particular relevo no concelho, constituindo-se a Figueira da Foz como referência a nível nacional do *surf*, do *bodyboard*, do *windsurf*, da vela, do remo, da pesca desportiva, entre outros.

A distribuição da população por setores apresenta uma maior incidência no setor terciário, seguindo-se o setor secundário e por fim o primário, destacando-se no setor terciário o comércio, a hotelaria e a restauração.

1.1.3. Oferta educativa pública no concelho

No concelho, além da Escola, existem quatro agrupamentos de escolas: o Agrupamento de Escolas da Zona Urbana da Figueira da Foz e o Agrupamento de Escolas do Paião, com oferta de ensino pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º ciclos, o Agrupamento de Escolas Figueira Mar e o Agrupamento de Escolas Figueira Norte, com oferta de ensino pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário.

1.1.4. Instituições/empresas parceiras da Escola

A Escola tem estabelecido boas relações institucionais e de colaboração com várias instituições e empresas, entre as quais se destacam: Associação Doutor Joaquim de Carvalho, Centro de Formação Beira Mar, Celbi, Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz (ACIFF), Casino Figueira, Câmara Municipal da



Figueira da Foz, Junta de Freguesia de Tavadere, Junta de Freguesia de Buarcos e S. Julião, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Centro de Saúde da Figueira da Foz / Buarcos, Agrupamento dos Centros de Saúde do Baixo Mondego II, Conservatório de Música David de Sousa, APPACDM, *Rotary Club*, *The Navigator Company*, CLAS – Conselho Social de Ação Social da Figueira da Foz, Rede de Bibliotecas Escolares - Grupo de Trabalho Concelhio de Figueira da Foz, Centro de Atendimento a Jovens (CAJ), Abraço, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), Equipa de Tratamento e Reinserção (ETR), Associação Fernão Mendes Pinto, Associação Figueira Viva, Associação Goltz de Carvalho, Associação Viver em Alegria, Associação Novo Olhar, Hospital Distrital da Figueira da Foz, Fundação Bissaya Barreto, Cercifoz, Reis de Figueiredo – Arquitetos da Beira Lda.

1.1.5. Centro de formação

A Escola continua a ser sede do Centro de Formação da Associação de Escolas Beira Mar. Para além das escolas públicas do ensino básico e secundário do nosso concelho, fazem parte deste centro as dos concelhos de Mira, Cantanhede e Montemor-o-Velho, num total de dez unidades orgânicas.

1.2. Caracterização da Escola

1.2.1. Breve historial

1932 - A 6 de outubro foi criado por decreto, na Figueira da Foz, o **Liceu Municipal do Dr. Bissaya Barreto**, que abriu portas a 25 de novembro.

1956 - O ensino no Liceu Municipal alargou-se ao 2.º ciclo liceal, nele se lecionando já, em 1958/59, o então 5º ano.

1961 - O Liceu Municipal foi elevado a **Liceu Nacional**.

1968 - O Liceu Nacional, agora **Liceu Novo**, abriu, em junho, com exames.

1969 - Inauguração do edifício no dia 17 de abril.

1979 - Terminada, com o 25 de Abril de 74, a distinção entre liceus e escolas técnicas, a designação oficial passou a ser **Escola Secundária nº 2 da Figueira da Foz**.

1987 - Concluindo uma campanha iniciada em 1978, uma portaria governamental consagrou a designação "**Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho - Figueira da Foz**", de acordo com a proposta enviada pela escola, reconhecendo o valor de Joaquim de Carvalho no âmbito da cultura e da educação, e com o apoio maioritário dos professores e a concordância da Câmara Municipal.

1999 - A 16 de novembro passou a designar-se **Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Dr. Joaquim de Carvalho**

2007 - É assinado o primeiro contrato de autonomia com o Ministério da Educação.

- Por aplicação do decreto-lei nº 299 de 22 de agosto, a escola assumiu a atual denominação.

2009 - Na sequência da assinatura do contrato de autonomia, a escola foi incluída no programa de modernização do Parque Escolar – 2.ª fase, cujo processo de requalificação do edifício escolar vai até 2011.

2011 - A 29 de janeiro de 2011, foi inaugurada a obra de requalificação do edifício.



1.2.2. Patrono

1892-1917 - Joaquim de Carvalho nasce, na Figueira da Foz, a 10/06/1892. Entre 1910 e 1915, é universitário em Coimbra, bacharel em Direito (1914), e em Filosofia (1915). Nesse período, publica o seu primeiro escrito de cariz político no quinzenário figueirense *A Redenção* (1/2/1910). No ano letivo de 1915 - 1916, frequenta a Escola Normal Superior e casa com Irene de Montezuma Dinis Lopes e Câmara Côrte-Real (1916). Assistente provisório de Filosofia, obtém o doutoramento com tese sobre Antônio de Gouveia e o Aristotelismo da Renascença (02-1917); participa em congressos internacionais (Granada e Haia).

1918-1928 - À margem da Universidade, é membro do Instituto de Coimbra e da Academia das Ciências de Lisboa (1922); liga-se ao movimento da "Seara Nova" (1921); integra-se na abertura da Universidade Livre de Coimbra (1925).

1928-1938 - Dá colaboração a três importantes obras coletivas: a *História da Literatura Portuguesa*, de Albino Forjaz de Sampaio (1929-1932), a *História de Portugal*, de Damião Peres (1929-1935) e a *História do Regime Republicano em Portugal*, de Luís de Montalvor (1930).

1948-1958 - Inicia duas novas coleções: a "Inedito ac Rediuiua", subsídio para a *História da Filosofia e da Ciência em Portugal* (1943), e "Ata Universitatis Conimbrigensis" (1946), onde começa a reeditar a obra arqueológica do figueirense Dr. Santos Rocha, compilando os seus próprios *Estudos sobre a Cultura Portuguesa*.

1948-1958 - Em 1951, funda a sua própria *Revista Filosófica*, que durará até à sua morte, em 27 de outubro de 1958, com apenas 66 anos de idade. Cavaleiro da Legião de Honra e Moderator da Societas Spinosano de Haia, foi também *Doutor Honoris Causa*, pelas Universidades de Montpellier, Salamanca e São Paulo.

1.2.3. Caracterização física

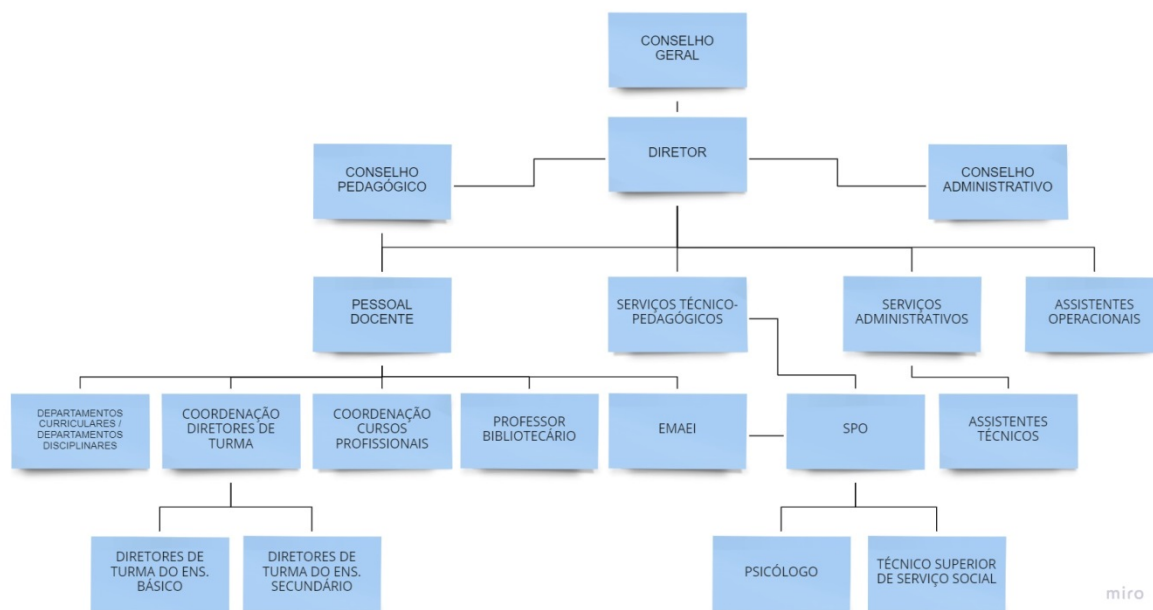
Após a obra de requalificação de que beneficiou, os três corpos que constituíam a Escola interligaram-se, podendo, contudo, distinguir-se áreas definidas: um espaço central, com quatro pisos, que engloba a direção, a zona de serviços administrativos, as instalações da Associação Doutor Joaquim de Carvalho, do Centro de Formação da Associação de Escolas Beira Mar, a área de trabalho de professores, bufete, cantina e cozinha, biblioteca, auditório Joaquim de Carvalho, salas de aula, instalações sanitárias; há ainda a considerar a existência de espaços especializados, onde se encontram os laboratórios, as salas de artes e de novas tecnologias e um pavilhão gimnodesportivo. Circundando o edifício, existem campos de jogos, pátios e jardins. É de notar que se trata de uma escola sem barreiras, com elevador centralizado, e com todas as instalações sanitárias adequadas a pessoas com mobilidade reduzida. Além disso, todas as salas têm computador, projetor, webcam, colunas, bem como ligação à internet, havendo rede sem fios em todo o edifício.



Organização dos espaços			
Piso -1	Piso 0	Piso 1	Piso 2
Biblioteca escolar/ centro de recursos educativos, com 1 sala polivalente e 1 zona de gestão e arquivo	Serviços administrativos	16 salas de aula não específicas	12 salas de aula não específicas
1 auditório com capacidade máxima para 400 pessoas	2 salas de trabalho da Direção	1 sala de professores	1 sala de grande grupo
1 sala multimédia	1 gabinete do Diretor	1 sala de pequeno grupo	1 sala de pequeno grupo
3 salas de Educação Visual	1 bufete	zonas de gestão	zonas de gestão
1 sala de Educação Tecnológica	1 cozinha e refeitório		
1 sala de Oficina de Artes	1 loja escolar (papelaria/reprografia)		
2 salas de Geometria Descritiva	1 pavilhão gimnodesportivo		
3 salas de Informática e 2 gabinetes de Informática	2 laboratórios de Física		
1 sala de funcionários	2 laboratórios de Química		
várias zonas de gestão	2 laboratórios de Ciências Naturais		
2 campos de jogos exteriores, 1 com pista de atletismo e caixa de saltos	2 salas polivalentes de Ciências Experimentais		
1 átrio de exposições	3 salas de preparação laboratorial		
	2 salas de reuniões		
	4 gabinetes de departamentos curriculares e 6 gabinetes de trabalho de professores		
	1 sala de trabalho de DT e 4 gabinetes de atendimentos a EE		
	2 salas dos serviços de Psicologia e Orientação		
	2 salas da Educação Especial		
	1 sala do CFAE Beira Mar e 1 gabinete		
	1 sala da Unidade de Multideficiência		
	1 sala para a Associação de Estudantes		
	1 sala para a Associação de Pais e Encarregados de Educação e para a Associação Doutor Joaquim de Carvalho		
	zonas de gestão		
	2 espaços de convívio para alunos (1 interior e 1 exterior)		



1.2.4. Organograma da escola



1.2.5. Caracterização humana/economicossocial e cultural da comunidade escolar

Para uma caracterização objetiva, apresentam-se vários quadros com dados relativos aos recursos humanos, número de turmas, cursos a funcionar no ensino secundário e taxas de transição/aprovação por ano.

Recursos humanos	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22
Professores	98	104	98	100	110	107
Alunos	1090	1067	1083	1046	1070	1094
Professor Bibliotecário	1	1	1	1	1	1
Serv. Psicologia e Orientação	2	2	2	2	2	3,5
Professores de Educação Especial	4	7	8	9	9	11
Assistentes Técnicos	10	9	9	9	9	9
Assistentes Operacionais	21	21	24	24	27	28

Alunos	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22
7.º ano	133	151	132	112	140	140
8.º ano	133	131	154	132	112	139
9.º ano	128	134	130	152	132	112
10.º ano	231	226	234	220	244	232
11.º ano	232	213	231	228	225	240
12.º ano	233	212	202	202	217	231
Total	1090	1067	1083	1046	1070	1094



A Escola tem um corpo docente qualificado, composto maioritariamente por professores do quadro de escola, bem como um corpo não docente extremamente empenhado. A distribuição de serviço letivo e não letivo obedece a critérios de natureza pedagógica, tendo em conta as características individuais, sempre que possível. No caso dos diretores de turma, a sua nomeação é feita, atendendo ao perfil desejável para o desempenho destas funções, nomeadamente, no que se refere ao modo como se relaciona e colabora com os intervenientes no processo educativo - alunos, encarregados de educação, pares - e às suas capacidades de “gestão de recursos humanos”.

Em termos de formação, a Escola considera que, para além da formação de natureza científico-didática com estreita ligação à matéria curricular lecionada, é imprescindível a formação integral, indo ao encontro do PASEO - Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória.

No âmbito da educação para a saúde e a sexualidade, bem como para os valores da cidadania.

A população discente desta escola pertence, predominantemente, à classe média, embora haja um número crescente de alunos a beneficiarem de subsídio escolar. A população que frequenta o 3.º ciclo é essencialmente da zona residencial circundante. No ensino secundário, os alunos são originários de diversas zonas.

Apesar de existirem, na cidade, três escolas com este nível de ensino, a Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho é a que possui maior frequência de alunos.

Existe uma associação de pais e encarregados de educação, assim como uma associação de estudantes, que desenvolvem as suas atividades em estreita articulação com as estruturas da Escola.

Sob o ponto de vista cultural, a Escola promove regularmente diversas atividades: concursos, exposições, conferências, debates, representações teatrais, bem como projetos de intercâmbio com escolas portuguesas e estrangeiras. Essas atividades têm sido apoiadas por várias instituições.

Os órgãos de gestão e de administração têm procurado dar conhecimento à comunidade das atividades realizadas e a realizar através do jornal da escola - "Sinal", de jornadas culturais e das rádios e jornais locais e regionais.

1.2.6. Oferta Formativa

Oferta formativa de nível secundário	
Modalidade	Curso
Cursos Científico-Humanísticos	Ciências e Tecnologias
Cursos Científico-Humanísticos	Línguas e Humanidades
Cursos Científico-Humanísticos	Ciências Socioeconómicas
Cursos Científico-Humanísticos	Artes Visuais
Cursos Profissionais	Técnico de Informática - Sistemas

Pretende-se que a Escola ofereça formação desde o início do 3.º ciclo do ensino básico até ao final do ensino secundário, incluindo estes cursos vocacionados para o prosseguimento de estudos de nível superior e cursos orientados na dupla perspetiva da inserção no mercado de trabalho e do prosseguimento de estudos, particularmente nas áreas da informática.

A Escola mantém-se aberta a colaborar, também, com o Centro de Emprego da Figueira da Foz-Instituto de Emprego e Formação Profissional da Figueira da Foz ou outras instituições / empresas para disponibilizar ofertas formativas que vão ao encontro das necessidades locais.



1.2.7. Resultados dos alunos

Ano	2016/17		2017/18		2018/19		2019/20		2020/21	
	Sucesso	Abandono	Sucesso	Abandono	Sucesso	Abandono	Sucesso	Abandono	Sucesso	Abandono
7.º ano	96,24%	0%	99,34%	0%	100%	0%	100%	0%	100%	0%
8.º ano	98,51%		97,71%	0,76%	100%		100%			
9.º ano	100%		98,51%	0%	98,46%		100%			
10.º ano	96,70%	0%	99,12%	0%	94,44%	0%	98,64%	0%	95,03%	0%
11.º ano	97,12%		96,24%		95,24%		98,25%			
12.º ano	85,85%		80,19%		89,11%		91,93%			

1.2.8. Projetos de desenvolvimento educativo

A Escola tem vindo a dinamizar alguns projetos educativos e clubes. Embora com alguma oscilação relativamente ao seu número, os que têm funcionado com mais regularidade são os de Jornalismo, Acrobacias com Palavras, Matemática, Desporto Escolar, Educação para a Saúde, Parlamento dos Jovens, Programação e Robótica, Leitura, Escolas Piloto de Alemão (PEPA). Através deles, pretende-se levar os alunos a “saber ser”, saber estar”, “saber fazer” e “saber”; a desenvolver as capacidades criativas e críticas e a ativar os valores da partilha, do respeito pelo outro e da solidariedade.

1.2.9. Estratégia de Educação para a Cidadania

A Estratégia de Educação para a Cidadania inclui um conjunto de direitos e deveres para que no futuro, as crianças e os jovens sejam adultas e adultos com uma conduta cívica que privilegie a igualdade nas relações interpessoais, a integração da diferença, o respeito pelos Direitos Humanos, o desenvolvimento humano sustentável, a globalização e a interdependência, a paz e a gestão de conflitos e os valores de cidadania democrática.

A dimensão transversal de Cidadania e Desenvolvimento mobiliza contributos das diferentes componentes do currículo, cruzando conteúdos com temas da Estratégia de Educação para a Cidadania da Escola, da Promoção de Educação para a Saúde e a Educação Sexual através de ações, campanhas, projetos, programas e parcerias com entidades da comunidade.

1.2.10. Promoção e Educação para a Saúde (Educação Sexual)

A Promoção de Educação para a Saúde (PES) está integrada na Estratégia de Educação para a Cidadania na Escola onde são abordados os temas relacionados com a adoção de comportamentos que fomentam a saúde e o bem-estar, nomeadamente os domínios da saúde e da sexualidade. Neste sentido, serão abordados os hábitos quotidianos, a educação alimentar, os afetos e a sexualidade, a prevenção de comportamentos aditivos e dependências, a atividade física e a saúde mental.



2. Princípios - A escola que queremos/uma escola ativa

A escola deve ser um espaço onde exista uma boa relação dentro da comunidade escolar, se favoreça a comunicação entre todos, se promova a formação de equipas de trabalho, se estabeleçam compromissos de realização, se controlem e avaliem resultados, se deleguem funções, e que se abra à comunidade, procurando um envolvimento e um compromisso de todos nas tarefas que eficazmente deve cumprir.

A escola destina-se a alunos desde o início do 3.º ciclo do ensino básico até ao final do ensino secundário, incluindo estes cursos vocacionados para o prosseguimento de estudos de nível superior e cursos orientados na dupla perspetiva da inserção no mercado de trabalho e do prosseguimento de estudos. Nesta linha, deve promover um ensino de qualidade comprovada; que responda às necessidades resultantes da realidade social; que contribua para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos alunos; que prepare o aluno para o imprevisto, o novo, a complexidade; que desenvolva em cada indivíduo a vontade, a capacidade e o conhecimento que lhe permita aprender ao longo da vida; que forme cidadãos com espírito crítico e interventivo, tendo em vista uma cultura de cidadania capaz de fomentar os valores da pessoa humana, da democracia e do exercício responsável da liberdade individual.

Neste pressuposto, estabelecem-se como princípios:

- Promover um ensino/aprendizagem que forme cidadãos mais habilitados que contribuam para uma sociedade mais desenvolvida;
- Promover um ensino que vise a consecução efetiva das aprendizagens;
- Despertar o gosto pela aprendizagem, criando condições para os alunos aprenderem a aprender;
- Desenvolver a capacidade de aprendizagem ao longo da vida;
- Preparar para o imprevisto, o novo, a complexidade, como marcas do real em permanente mudança;
- Consciencializar para a defesa do património natural e cultural, local e nacional;
- Promover a educação para a saúde e para a sexualidade;
- Promover a educação para o ambiente;
- Promover a educação para a sociedade da informação e para os *media*;
- Promover a educação para o consumo consciente e sustentável;
- Promover a educação para o empreendedorismo;
- Promover o desenvolvimento vocacional;
- Despertar a atitude crítica e interventiva em relação aos problemas da comunidade escolar e do meio onde a escola se insere;
- Desenvolver um olhar crítico sobre os problemas que afetam toda a humanidade;
- Consciencializar para um diálogo inclusivo e intercultural;
- Promover o espírito de cidadania europeia.

Numa outra perspetiva, tendo em conta a multiplicidade de interesses e necessidades dos alunos, e no sentido de promover o seu desenvolvimento global, considera-se dever formá-los na perspetiva dos conhecimentos e práticas Assim, propõem-se os seguintes objetivos:

- Desenvolver potencialidades físicas, intelectuais e artísticas;
- Desenvolver comportamentos facilitadores da aprendizagem;
- Promover a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade;
- Desenvolver competências e conhecimentos sólidos, enfatizando o Português, a Matemática, o Inglês e as Ciências Experimentais;



- Perspetivar a avaliação como um elemento fundamental na promoção do sucesso;
- Promover a construção de projetos escolares e profissionais tendo por base os seguintes pressupostos:
 - valorização dos diferentes cursos científico-humanísticos e profissionais;
 - valorização de todas as saídas profissionais como forma de integração na sociedade;
 - consideração do sistema escolar e educativo na ótica do desenvolvimento de todas as potencialidades individuais;
 - consciencialização para a variabilidade dos percursos profissionais;
- Estimular a participação ativa e colaborativa dos alunos nas atividades da Escola;
- Criar hábitos de trabalho, individual e em grupo, e favorecer o desenvolvimento de atitudes de reflexão metódica, de abertura de espírito e de disponibilidade e adaptação à mudança.

Para atingir estas finalidades, proporcionar-se-á um ensino e aprendizagem com recurso a metodologias ativas e às novas tecnologias de informação, desenvolvendo o espírito de autonomia e de responsabilidade. Por fim, a escola deve ser um espaço atrativo, onde toda a comunidade escolar se sinta integrada, em segurança e onde se encontrem os recursos necessários para a plena realização de todos os seus membros. Ela deve estar ao serviço do meio, colaborando no desenvolvimento da cultura, no voluntariado, nas atividades conjuntas desportivas, na cooperação em campanhas especiais, no estudo de situações sociais, na participação em grupos de jovens, no trabalho conjunto com as empresas, estabelecendo para tal protocolos com outras instituições e facilitando a utilização das suas infraestruturas e equipamentos.



3. Valores - Como a Escola se vê

A Escola está consciente de que o sucesso não acontece por acaso e de que este depende, em grande medida, da sua capacidade, disponibilidade e humildade para identificar os seus pontos fortes, a fim de os potenciar, e as áreas de melhoria, para investir nelas e as converter em pontos fortes. Têm sido feitos esforços neste sentido, embora com a certeza de que este é um trabalho que nunca estará completamente acabado, porque a sua essência reside, exatamente, numa constante adaptação ao contexto em que decorre a interação dos atores em presença.

Como pontos fortes, identificamos os seguintes:

- Excelentes condições físicas;
- Segurança – videovigilância;
- Bons equipamentos didáticos;
- Biblioteca escolar aprazível e bem equipada;
- Corpo docente e não docente qualificado, empenhado e integrado;
- Ótimo relacionamento entre os vários órgãos da Escola;
- Boa organização da Escola e respetivos serviços;
- Gestão integrada;
- Existência de atividades extracurriculares – clubes e projetos;
- Reduzido abandono escolar, tendencialmente 0% no 3.º ciclo e menor que 1% no nível secundário;
- Bons resultados académicos dos alunos;
- Oferta formativa diversificada - cursos científico-humanísticos e cursos profissionais;
- Muito bons níveis de assiduidade dos alunos e docentes;
- Boa integração na comunidade;
- Práticas de autoavaliação, consolidadas e consequentes nos diferentes domínios da instituição;
- Avaliação externa e consequente assinatura do contrato de autonomia.



4. Metas Educativas

4.1. Metas Gerais

Numa comunidade escolar que se pretende ativa e participativa, urge levar cada um dos seus membros a intervir e a responsabilizar-se, com vista a melhorar a escola e a proporcionar uma melhor qualidade de ensino e de educação. Sob o ponto de vista pedagógico e na perspetiva já referida de promoção do desenvolvimento cívico, constituem-se como metas, nomeadamente aquelas a que nos propusemos no contrato de autonomia:

- Manter uma taxa de abandono tendencialmente de 0% na escolaridade obrigatória;
- Consolidar uma taxa de sucesso escolar de 98% no 3.º ciclo, com mais de 85% de níveis 3 ou superior a Português, Matemática e Inglês;
- Atingir, no 9º ano, uma percentagem de classificações positivas nas provas e exames nacionais de 83% a Português e de 80% a Matemática;
- Consolidar uma taxa de transição de 85% para o 10.º e 11.º ano do ensino secundário;
- Consolidar uma taxa de aprovação no ensino secundário no mínimo de 75%;
- Atingir uma taxa de aprovação de 80% nas disciplinas das Ciências Experimentais sujeitas a exame nacional;
- Atingir, no 12.º ano, uma percentagem de classificações positivas nos exames nacionais, de 72% a Português e de 85% a Matemática;

4.2. Metas EQAVET (Quadro Referência Europeu de Garantia da Qualidade)

O processo de alinhamento da escola com o Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para o Ensino e a Formação Profissionais (EQAVET) assume como principal compromisso o aumento da qualidade da oferta de formação profissional e o sucesso educativo.

Neste âmbito, definem-se como principais objetivos estratégicos:

4.2.1. Melhorar os resultados académicos e a avaliação das aprendizagens:

- Diminuir a taxa de abandono, para um valor tendencialmente 0;
- Diminuir o absentismo injustificado e, conseqüentemente, o número de horas a compensar;
- Aumentar anualmente 1,5% a taxa de conclusão do ciclo de formação completo;
- Diminuir o número de alunos com módulos em atraso;
- Ouvir os pais/EE no processo formativo através do seu representante;
- Promover a formação comportamental.

4.2.2. Melhorar a oferta educativa e o reconhecimento pela comunidade:

- Promover a diversificação de estratégias de ensino;
- Envolver os alunos na divulgação e promoção do seu curso junto da comunidade educativa;
- Envolver o Clube de Programação e Robótica como meio de atração dos alunos para projetos de âmbito extracurricular;
- Articular com o CFAE Beira Mar (Centro de Formação de Associação de Escolas Beira Mar) a inclusão de formação adequada ao processo de alinhamento EQAVET.



4.2.3. Aprofundar o relacionamento com os *stakeholders* externos, melhorando o planeamento e a articulação no desenvolvimento de atividades de colaboração:

- Manter / aumentar a taxa de 85% de colocação de alunos (mercado de trabalho / prosseguimento de estudos);
- Auscultar e envolver regularmente os empregadores nos processos de garantia da qualidade da oferta de EFP (Ensino e Formação Profissional);
- Promover e acompanhar o processo de inserção dos alunos no mercado de trabalho, com o contributo do EFP;
- Envolver instituições de Ensino Superior, pela dinamização de ações que promovam a aproximação dos alunos ao prosseguimento de estudos.

4.2.4. Desenvolver os processos de autoavaliação - monitorização, divulgação e reflexão sobre os resultados:

- Articular com a Comissão de Autoavaliação os processos de monitorização e divulgação de resultados;
- Monitorizar resultados, com vista ao cumprimento da meta da taxa de aprovação no mínimo de 75%;
- Reajustar os mecanismos de recolha e análise da avaliação da formação, por alunos e professores.



5. Estratégias

Com o propósito de alcançar as metas definidas e sob a orientação dos valores estabelecidos, a Escola definiu estratégias de atuação a diferentes níveis.

5.1. Constituição de turmas

A propósito da distribuição dos alunos por turmas, é de referir o especial cuidado posto na constituição dos grupos, que se rege por critérios de natureza pedagógica:

- Manter, sempre que possível, os alunos na turma de origem, à exceção das seguintes situações:
 - grande cumplicidade entre os alunos que contribua negativamente, e de forma inequívoca, para um ambiente inadequado no processo de ensino aprendizagem (em relação aos alunos que já frequentam a escola);
 - conflitualidade inultrapassável com consequências nefastas para o bem-estar psicológico e sucesso educativo;
 - grande desfasamento em termos de desenvolvimento (social, afetivo e cognitivo) e de conhecimentos académicos.
- Evitar, sempre que possível:
 - constituir turmas com vários casos de retenção no ano anterior;
 - juntar alunos provenientes de cursos diferentes nas disciplinas de opção e línguas estrangeiras;
 - constituir turmas com conhecimentos académicos muito díspares;
 - constituir turmas desequilibradas relativamente ao género.
- Na transição do ensino básico para o ensino secundário, os alunos da Escola, provindos de turmas diferentes do 9.º ano, só devem ser agrupados quando for manifestamente necessário. Desta forma, procura evitar-se que existam no ensino secundário turmas constituídas, essencialmente, com alunos oriundos do 3.º ciclo desta Escola e outras totalmente constituídas com novos alunos. Além disso, a dispersão dos alunos da Escola pelas diversas turmas do ensino secundário facilita a integração dos novos alunos e permite desenvolver novos relacionamentos.
- De acordo com o estipulado no ponto 1, do artigo 11.º do despacho normativo n.º 1-B/2017, estabelecer como 5.º critério de seleção de matrícula no 10.º ano o sucesso dos alunos nas áreas disciplinares específicas do curso pretendido, de forma a selecionar prioritariamente os alunos que tenham sucesso (classificação positiva) em pelo menos duas das áreas disciplinares específicas.

5.2. Critérios pedagógicos

- Práticas de ensino/aprendizagem de qualidade, através de metodologias diversificadas e adequadas às aprendizagens, tais como apresentações orais, pesquisas, situações problema, projetos e outras;
- Desenvolvimento de programas de apoio e complementos educativos que promovam o sucesso educativo;
- Planeamento e desenvolvimento de medidas de ação estratégica de promoção da qualidade das aprendizagens e promoção do sucesso escolar;
- Concertação da atuação de professores/formadores, alunos, pais/encarregados de educação e dos outros agentes educativos de forma global;
- Análise/reflexão dos resultados obtidos na avaliação sumativa, de forma a uniformizar critérios, coordenar atividades e corrigir eventuais discrepâncias;



- Análise/reflexão dos resultados da avaliação/estratégias promotoras de sucesso ao nível dos diversos intervenientes (professor-turma, conselhos de turma, diretores de turma, serviços de psicologia e orientação e encarregados de educação);
- Disponibilização de horários de alunos / turmas que obedeçam aos seguintes pressupostos:
 - concentração das atividades letivas tendencialmente no período da manhã;
 - distribuição das atividades, que tiverem lugar no período da tarde, pelos dias da semana por forma a possibilitar a saída dos alunos do ensino básico o mais cedo possível e a ocupar o menor número de tardes possível aos alunos do ensino secundário;
 - colocação dos tempos letivos das disciplinas estruturantes de Português e Matemática preferencialmente no período da manhã.
- Desenvolvimento do Projeto de Educação para a Saúde, que promova e favoreça o equilíbrio e o bem-estar dos jovens e adolescentes;
- Opção, em termos de oferta complementar no 3.º ciclo, da área curricular de Educação para a Cidadania;
- Planificação, realização e avaliação de atividades de enriquecimento curricular como componente educativa;
- Estímulo da assiduidade de toda a comunidade escolar, de molde a que seja tendencialmente superior a 98%.

5.3. Avaliação

Sem pretender abandonar critérios pedagógicos - determinantes na decisão de transição, no caso dos 7.º e 8.º anos - a Escola opta por uniformizar procedimentos, tendo em mente que é muito importante dar sinais inequívocos à comunidade que a levem a confiar na eficácia dos nossos critérios e procedimentos avaliativos, no âmbito da nossa prática de exigência e rigor e no enquadramento legal da nossa autonomia e responsabilidade.

- Assim, tomando como ponto de referência as prioridades estabelecidas neste Projeto Educativo, e sem prejuízo no disposto na legislação aplicável, mas no sentido de dar algumas orientações aos conselhos de turma, assim como aos alunos e pais/encarregados de educação, considera-se que o aluno não adquiriu os conhecimentos predefinidos para um ano não terminal de ciclo, quando:
 - não adquiriu os conhecimentos e não desenvolveu as capacidades definidas para um ano de escolaridade nas disciplinas de Português e Matemática;
 - não adquiriu os conhecimentos e não desenvolveu as capacidades definidas para um ano de escolaridade na disciplina de Português e a outras duas disciplinas;
 - não adquiriu os conhecimentos e não desenvolveu as capacidades definidas para um ano de escolaridade a mais de três disciplinas.

Nas circunstâncias anteriores, a decisão de progressão só pode ser tomada por maioria absoluta, obtida por votação nominal, tendo o presidente do conselho de turma direito a voto de qualidade, em caso de empate.

- No caso de retenção repetida, a atribuição de um nível/menção negativo/a a uma disciplina ou área não disciplinar em que, no ano anterior, o aluno obteve nível/menção positiva, que concorra para a hipótese de retenção repetida do aluno, deve ser justificada com os seguintes relatórios:
 - do professor da disciplina;
 - do coordenador de departamento;
 - do diretor de turma.

Estes relatórios ficarão anexos à ata do conselho de turma.

- Em cada reunião de avaliação de final de ano letivo, compete ao conselho de turma reanalisar o plano de



atividades de turma, com vista à introdução de eventuais ajustamentos ou apresentação de propostas para o ano letivo seguinte em situação de continuidade.

- No final do ano letivo, o Diretor analisará os resultados da avaliação sumativa bem como as propostas feitas pelos conselhos de turma em resultado da avaliação dos seus planos, a par de outras que eventualmente surjam, e introduzirá as alterações consideradas convenientes ao plano de atividades.

5.4. Avaliação do processo de ensino e de aprendizagem

A avaliação de processos, resultados e práticas revestir-se-á de especial cuidado, devendo os resultados desta avaliação ser monitorizados, através de registos que envolvam os intervenientes - alunos e professores – de modo a fornecer pistas seguras de orientação no caminho a seguir.

A avaliação é um elemento integrante e regulador da prática educativa, permitindo a recolha sistemática de informações que, uma vez analisadas, apoiam a tomada de decisões adequadas à promoção da qualidade das aprendizagens.

No início do ano letivo, o conselho pedagógico, de acordo com as orientações do currículo nacional, reajustará, caso necessário, os critérios de avaliação para cada ciclo de escolaridade, sob proposta dos departamentos curriculares e coordenadores de ciclo.

A avaliação formativa é a principal modalidade de avaliação, assume carácter contínuo e sistemático e visa a regulação do ensino e da aprendizagem, recorrendo a uma variedade de instrumentos de recolha de informação, de acordo com a natureza das aprendizagens e dos contextos em que ocorrem.

A avaliação sumativa consiste na formulação de uma síntese das informações recolhidas sobre o desenvolvimento das aprendizagens e competências, definidas para cada área curricular e disciplina, no quadro do plano de atividades de turma respetivo, dando uma atenção especial à evolução do conjunto dessas aprendizagens e competências.

Quanto aos procedimentos avaliativos, no centro das nossas preocupações está a ênfase no carácter formativo da avaliação, apoiada por uma diversidade de instrumentos de avaliação adequados, a par da atenção dada à evolução do aluno numa lógica de ciclo, com particular ênfase no 3º ciclo.

Neste processo, não podemos esquecer que a avaliação obedece sempre a critérios previamente definidos, tomando como ponto de referência o plano de trabalho da turma/planificações, bem como eventuais adaptações a planos e programas educativos individuais.

Esta avaliação inserir-se-á na prática habitual de autoavaliação, através da sua monitorização e posterior conhecimento e reflexão em diversos contextos - conselho de turma, departamento, comissão de autoavaliação, conselho pedagógico, conselho geral - por forma a constituir um meio regulador da atividade educativa, conferindo-lhe não só visibilidade mas também confiança.

Neste campo, ganha especial relevo o trabalho da equipa de autoavaliação, que, por meio de um processo de recolha, contínua e sistemática, de um conjunto de informações significativas, visa aferir o grau de execução de objetivos, a qualidade dos desempenhos e dos procedimentos, tendo em vista a tomada de decisões adequada, no sentido da convergência com as metas educativas aqui definidas, numa perspetiva de melhoria contínua.

5.5. Combate ao insucesso, absentismo e abandono escolares

A ação neste campo assenta nos seguintes procedimentos:

- Monitorização de alunos com necessidades - cognitivas, comportamentais ou económicas - e inventariação das mesmas;



- Implementação de medidas de promoção do sucesso escolar, nomeadamente com marcação de um tempo semanal no horário dos alunos e do diretor de turma para reunião; de um programa de tutorias com uma reunião semanal do tutor com o aluno que acompanha; atividades de reforço das aprendizagens e apoio personalizado para alunos com necessidade de medidas de suporte à aprendizagem e inclusão; coadjuvância em sala de aula, em regime de trabalho colaborativo, nas disciplinas de Português e Matemática;
- Adoção de medidas de diferenciação pedagógica adequadas às características dos alunos e às aprendizagens a desenvolver, em especial para o 7.º e 10.º anos, atendendo sobretudo aos alunos que estão pela primeira vez na escola;
- Reencaminhamento para percursos mais adequados, o mais precocemente possível;
- Encaminhamento de casos especiais para os serviços de psicologia e orientação;
- Estabelecimento de indicadores de sucesso;
- Disciplinas/áreas curriculares não disciplinares com menos de 85% de classificações positivas e/ou 0,4, ou mais, abaixo ou acima da média da turma no caso do 3.º ciclo e, no ensino secundário, com menos de 75% de classificações positivas e/ou 2 ou mais, abaixo ou acima da média da turma devem ser devidamente analisadas, explicadas pelo conselho de turma e acompanhadas das necessárias propostas de remediação;
- Existência de um toque de encaminhamento antes do início da aula como forma de manter o rigor na pontualidade;
- Comunicação da falta, na hora, aos encarregados de educação;
- Rigor na aceitação de justificações de faltas;
- Alunos que manifestem intenção de anular a matrícula a qualquer disciplina deverão obter uma informação do docente da disciplina e do diretor de turma, após o que o processo será encaminhado para os serviços de psicologia e orientação, e só terminados estes procedimentos, será dado despacho pelo diretor;
- Sensibilização dos pais e encarregados de educação para a participação na vida escolar dos seus educandos;
- Dedicar especial atenção às situações dos alunos com dificuldades económicas não supridas pelo subsídio escolar.

5.6. Biblioteca escolar

Não se pode omitir a função central a desempenhar pela biblioteca escolar. Na sociedade atual, orientada para o conhecimento e formação ao longo da vida, a biblioteca escolar assume um papel de capital importância quer no desenvolvimento de capacidades e competências dos alunos/utilizadores, quer enquanto iniciadora de hábitos a observar na vida adulta.

Tendo como domínios, o currículo, as literacias e aprendizagem, a leitura e literacia, os projetos e parcerias, a gestão da biblioteca escolar, esta deve desenvolver um plano de ação caracterizado pela autonomia de meios, materiais e humanos, mas com planificação e estratégias concertadas com os elementos da comunidade escolar e educativa. Nesta medida, a biblioteca escolar organiza sistematicamente atividades de formação de utilizadores, direcionadas a alunos e professores, tendo em atenção as necessidades detetadas, nomeadamente ao nível da promoção da leitura, das competências das literacias da informação, tecnológicas e digitais, bem como colabora com os docentes na concretização das atividades curriculares desenvolvidas no espaço da biblioteca escolar ou tendo por base os seus recursos.

Com o desenvolvimento das TIC, a biblioteca escolar vê a sua intervenção e papel reforçados. As tecnologias



e a internet vieram introduzir novas oportunidades de acesso à informação e redefinir as existentes, substituindo condições e modelos de uso e produção do conhecimento. Introduziram ainda novos desafios formativos e pedagógicos a que a escola tem que responder e que decorrem do alargamento das literacias inerentes à aprendizagem e à vida no contexto da Sociedade do Conhecimento.

Em última análise, a biblioteca escolar, como espaço educativo integrador de múltiplas literacias - digital, da leitura, da informação, dos *media* -, constitui-se, cada vez mais, como fator decisivo para as aprendizagens e a capacitação plena das crianças e dos jovens que a utilizam formal ou informalmente.

5.7. Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva

No contexto do objetivo da Escola de prestar à comunidade um serviço público, que promove a qualidade das aprendizagens e o sucesso educativo, a EMAEI visa apoiar todos os alunos, numa perspetiva inclusiva, num percurso educativo de sucesso que permita o desenvolvimento pleno das suas capacidades, potenciando em todos e em cada um o desenvolvimento do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

5.8. Serviços de Psicologia e Orientação

Asseguram, na prossecução das suas atribuições, o acompanhamento do aluno, individualmente ou em grupo, ao longo do processo educativo, bem como o apoio ao desenvolvimento do sistema de relações interpessoais no interior da escola e entre esta e a comunidade (in Decreto-Lei n.º 190/91 de 17 de Maio).

Tendo subjacentes os normativos que regulamentam a sua atividade e respeitando o regulamento interno da escola, a intervenção dos serviços de psicologia e orientação centra-se fundamentalmente em quatro grandes áreas – Orientação Vocacional, Apoio Psicológico e Psicopedagógico, Apoio Social e Apoio ao Desenvolvimento do Sistema de Relações da Comunidade Educativa.

Sendo o grande objetivo dos serviços promover o sucesso educativo dos alunos e o seu desenvolvimento harmonioso a nível psicossocial, as intervenções existentes pautam-se pelos princípios inerentes aos modelos desenvolvimentais e sistémicos. Deste modo, o trabalho realizado em qualquer área pressupõe a colaboração das pessoas mais significativas, nomeadamente pais e professores, nos domínios da compreensão e da intervenção, e a perspetiva de que se deve intervir não apenas a nível remediativo, mas também preventivo.

5.9. Administração e gestão

No plano administrativo, financeiro e institucional, pretende-se:

- Promover a articulação entre os diversos órgãos de gestão e administração da escola;
- Desenvolver a articulação da escola com as outras escolas e instituições cuja ação se enquadre no âmbito deste projeto educativo;
- Promover uma gestão financeira clara e transparente, privilegiando as diversas componentes pedagógicas;
- Desenvolver e preservar as condições físicas e ambientais da Escola;
- Desenvolver as redes de comunicação necessárias entre os diversos órgãos de gestão e administração;
- Celebrar protocolos e parcerias com a Associação Doutor Joaquim de Carvalho e outras instituições;
- Desenvolver ações de promoção/divulgação da Escola;
- Desenvolver o plano de emergência da Escola;
- Realizar ações de segurança na Escola.



5.10. Cooperação escola-família

A família será chamada a intervir de maneira regular, incentivando-se o seu envolvimento ativo na consciencialização do papel da escola como promotora de formação, valorizando o esforço da comunidade na educação da sua juventude.

O Diretor promove a participação ativa dos encarregados de educação, por meio de reuniões periódicas com os representantes dos encarregados de educação das turmas.

Cientes das dificuldades de participação presencial, pomos à disposição dos pais e encarregados de educação o acesso ao programa informático *Inovar*, que disponibiliza informação atualizada sobre o aproveitamento e assiduidade dos alunos, um sítio *web*, em que se concentra a principal e mais atualizada informação da Escola, uma secretaria *online*, a linha telefónica “diretor de turma”, bem como correio eletrónico e meios informáticos, que permitem o acesso a informações e documentos-base na vida da Escola.

5.11. Implementação do Projeto educativo

Perante a complexidade da gestão de uma escola, é fundamental a participação de todos os representantes dos vários setores, desenvolvendo-se as redes de comunicação necessárias para que os restantes órgãos realizem, eficazmente, o acompanhamento e a avaliação do funcionamento da Escola e lhe dirijam recomendações, com vista ao desenvolvimento do projeto educativo, do regulamento interno e ao cumprimento do plano anual de atividades.

A implementação do projeto educativo, para cada ano letivo, será feita através da concretização dos vários planos e projetos a desenvolver ao longo dos três anos de vigência do mesmo, na perspetiva em que todos os projetos e planos só fazem sentido se concretizam no dia-a-dia, num processo dinâmico e assumido por todos, em obediência a critérios de trabalho, disciplina, exigência e rigor.

O projeto educativo permite conceber a escola pretendida, “isto é, afirma as opções da escola-comunidade educativa quanto ao ideal de educação a seguir, as metas e finalidades a perseguir, as políticas a desenvolver.” (Carvalho, 1994).



6. Avaliação do projeto

Aprovado o projeto educativo pelo conselho geral, compete a este órgão acompanhar e avaliar a sua execução, de acordo com a legislação em vigor.

Aprovado em reunião do Conselho Geral de 16 de dezembro de 2021, com alterações aprovadas em Conselho Pedagógico de 24 de novembro de 2021.

Ante os múltiplos desafios do futuro, a educação surge como um trunfo indispensável à humanidade na sua construção dos ideais da paz, da liberdade e da justiça social. (...) Não como um “remédio milagroso”, não como um “abre-te sésamo” de um mundo que atingiu a realização de todos os seus ideais mas, entre outros caminhos e para além deles, como uma via que conduza a um desenvolvimento humano mais harmonioso, mais autêntico, de modo a fazer recuar a pobreza, a exclusão social, as incompreensões, as opressões, as guerras...

(UNESCO, 2010)



7. Bibliografia

- Carvalho, A., Diogo, F. (1994). *Projecto Educativo*. Porto: Edições Afrontamento.
- Carvalho, A. (2003). *Projeto Educativo*. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento.
- Diogo, F. (1994). *Por um projeto educativo de rede*. Lisboa: Edições Asa.
- UNESCO (2010). *Relatório de Monitorização Global de EPT. Relatório Conciso. Alcançar os Marginalizados*. Recuperado de <http://zip.net/bxtKD1>
- Martins, G. (Coord.). (2017). *Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória*. Lisboa: Ministério da Educação. Recuperado de <http://zip.net/bttKvs>